

IJ  
00658

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

A FUNÇÃO HABITAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO:  
NOTAS INTRODUTÓRIAS

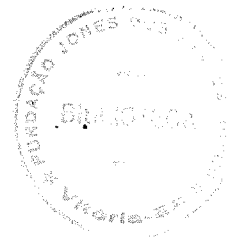
Não  
Circula

0658  
E2

728(815.2)  
F981

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

728 (815.2)  
F981

A FUNÇÃO HABITAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO:  
NOTAS INTRODUTÓRIAS

Vitória, maio/1979

8944/90  
ex. 2  
0658

1.

COLOCAÇÕES GERAIS

---

A crescente taxa de urbanização da sociedade brasileira e a inexorável evasão rural, agravada sobretudo pela deterioração das condições de vida no campo, configuram um painel das contradições sociais existentes nas grandes cidades. Nestas, os problemas sócio-econômicos se agravam e encontram condições propícias para se reproduzirem, começando a fugir ao controle do poder público.

A pobreza que impera em larga medida nos aglomerados urbanos brasileiros, projeta-se, principalmente, nas precárias condições da habitação.

A carência de moradias, agravada pelas diversas formas de subhabitação, afeta as camadas populares. Para estas, a habitação vem sendo até hoje sinônimo de abrigo primitivo. A palhoça ou a choupana no campo, o barraco, a malaça ou o mocambo nos centros urbanos.

A esses brasileiros, perto de 45 milhões, vem faltando o mais elementar padrão de residência. Até hoje desconhecem o que seja uma casa na verdadeira acepção do termo, capaz de acolher e ambientar a vida familiar, dotada de água, luz, esgoto, iluminação e demais serviços básicos.

A população brasileira deverá ser acrescida anualmente de cerca de 3 milhões de habitantes, o que equivale a dizer que, permanecido o atual déficit habitacional acumulado (em torno de 5 milhões de unidades), será exigida a construção de, pelo menos, 500.000 casas/ano. Isso significa que nos próximos 10 (dez) anos será exigida a construção de mais de 5,5 milhões de novas residências e mostra a magnitude do problema habitacional no Brasil.

Assim, olhando-se a unidade habitacional como fato isolado e, portanto, pensando-se em resolver o problema habitacional simplesmente como equação econômica de oferta e demanda, verifica-se que o déficit real é elevado. Basta observar que os recursos utilizados pelo Sistema Financeiro de Habitação, desde sua criação e operacionalização, a partir de 1965, só foram suficientes para atender a 24% da demanda populacional urbana em todo o país.

A crise urbana brasileira não necessita hoje de complexos diagnósticos sócio-econômicos e nem de extensos e sofisticados estudos econométricos quantitativos para ser dada como *irrecusável*.

Ela é resultado de um processo desenvolvimentista que ocorre no quadro de uma economia subdesenvolvida e dependente.

Neste contexto, as cidades começam a envelhecer e passam a não servir mais ao fluxo do capital, além de agravar as condições de vida das populações que nelas buscam sobreviver. Esta é a situação das Aglomerações Urbanas do Brasil, agora destinadas a serem transformadas em verdadeiras

anti-cidades. O modelo econômico adotado no país apresenta hoje inaceitáveis consequências. Tardamente, descobre-se que a criação de indústrias não representa, necessariamente, a criação de empregos. Descobre-se que industrializar as cidades não significa acabar com a pobreza.

2.

## A URBANIZAÇÃO NA GRANDE VITÓRIA E A FUNÇÃO HABITAÇÃO

---

A crise urbana presente em todo o Brasil não poderia deixar de afetar também o Espírito Santo e especialmente sua maior Aglomeração Urbana - a Grande Vitória.

Na década passada, o processo de erradicação dos cafezais, promovido pelo Governo Federal, afetou criticamente a economia capixaba e exacerbou o êxodo rural. O agravamento do êxodo rural é comprovado pelo cálculo de que, entre 1960 - 1970, 200 mil pessoas deixaram o interior do Espírito Santo. Destas pessoas, aproximadamente, 50% dirigiram-se para a Aglomeração Urbana da Grande Vitória.

Em 1970 a população da Grande Vitória era de 390 mil habitantes e em 1977 de 500 mil habitantes. Extrapolando a taxa de crescimento de 3,2% ao ano, ter-se-á, em 1979, 535 mil habitantes, o que significa que mais de um terço da população do Estado está concentrada na área, que representa apenas 3% do território estadual.

Este recente fenômeno da urbanização no Estado, encontrou Vitória despreparada inteiramente para assimilar os novos contingentes populacionais.

A absorção deste contingente, que vive em condições de subemprego ou desemprego, é um desafio colocado para o Governo Estadual, que necessita do auxílio da esfera federal. Até agora, essa população aglomera-se em áreas de mangues e morros em condições subhumanas.

Recorrendo-se às informações disponíveis, observa-se que 32% da população da Grande Vitória está alojada em Assentamentos Urbanos Subnormais (morros, mangues, áreas de invasão, favelas e bairros populares), verdadeiros bolsões de pobreza. Isso indica que cerca de 187 mil pessoas vivem em condições subhumanas.

Dos 72 Assentamentos Urbanos Subnormais existentes na área da Grande Vitória, objeto de estudo e pesquisa da Fundação Jones dos Santos Neves, 30% representam áreas de mangue e 70% áreas de morro.

Portanto, o problema habitacional na Aglomeração apresenta-se como um dos mais sérios quadros a preocupar constantemente o poder público estadual.



### 3. A FILOSOFIA HABITACIONAL DO GOVERNO ESTADUAL

---

O Governo do Espírito Santo está convencido, após estudar e viver o problema dos Assentamentos Urbanos Subnormais da Grande Vitória, que a questão habitacional do Estado não será resolvida somente com a construção de um maior número de casas.

Ao contrário, entende-se que a habitação é apenas uma das funções sociais, não podendo ser entendida e equacionada isoladamente.

O Governo do Estado entende que o problema habitacional está vinculado ao problema de renda familiar. Sem fornecer condições efetivas e reais de renda/empregos, o Brasil não resolverá a crise da habitação.

Neste sentido, vale dizer que, embora o Estado do Espírito Santo tenha sido um dos Estados mais beneficiados pelos Programas Habitacionais do BNH, não conseguiu solucionar o problema, tendo em vista a existência de déficit no setor. Com efeito, conforme dados existentes, o INOCOOP-ES - entidade gerenciadora de Cooperativas Habitacionais no Estado - atendeu nas unidades construídas em 1974/1978 aos usuários concentrados na faixa salarial entre 5 - 9 salários-mínimos. É bem verdade que se excluiu dessa observação a atuação da COHAB - ES, concentrada na faixa de 3 a 5 SMR. Entretanto, sabendo-se que, 70% dos habitantes localizados em Assentamentos Urbanos Subnormais, estão na faixa de renda familiar de 1 a 3 SMRs,

o sucesso de uma nova política habitacional no Estado do Espírito Santo e no Brasil, dentro do conceito de *Habitação Social*.

No estudo que vem sendo desenvolvido pela Fundação Jones dos Santos Neves, no Espírito Santo, mostra que as reivindicações prioritárias da população *favelada* são, pela ordem:

- . água;
- . luz;
- . saneamento;
- . aterros;
- . transporte.

Percebe-se, portanto, que todo programa habitacional que desejar atender de fato à população, deve dar prioridade sistemática aos aspectos de infra-estrutura urbana, serviços básicos e, principalmente, à legitimação da posse e uso da terra urbana.

É necessário, por outro lado, deter a especulação predatória do meio urbano e impedir a expansão urbana em forma de *manchas de óleo*, que marginaliza parcela ponderável da população. Havendo área, sabe-se que o favelado constrói sua casa de qualquer maneira. O que lhe importa são as condições estruturais necessárias.

Assim sendo, é preciso aproveitar e estimular a capacidade de improvisação, a disponibilidade do morador (versátil em suas atividades) e a sua falta de preconceitos em relação a técnicas e materiais. Seu despojamento em relação a posturas restritivas e elitistas leva-o a adotar soluções que chegam a surpreender por sua racionalidade.

Para o Governo Estadual não interessa resolver o problema habitacional somente nos aspectos econômicos, quantitativos e financeiros. O problema habitacional será satisfatoriamente resolvido se a moradia for encarada como forma concreta de cultura. Na sua casa, o homem resume uma quantidade de valores e de reflexos. Sua posição frente ao mundo determina, de certa forma, sua adaptação ao ambiente, suas aspirações, limitações e possibilidades. A casa é abrigo, instrumento de contato e de interpretação do mundo. É a redução da escala do universo à do indivíduo. É a exteriorização do indivíduo para o encontro do tudo.

O Governo pretende instalar uma nova política na solução do problema habitacional. Pretende respeitar a linha contínua existente entre o indivíduo/ a habitação/ o meio urbano.

Este relacionamento direto e fluente deve ser identificado, estimulado e perseguido. O indivíduo é a cidade. A cidade é a grande casa de muitas pessoas.

Portanto, para o Governo do Espírito Santo, a moradia tem um sentido mais amplo do que o espaço construído, restrito e ocupado por um grupo familiar.

A moradia é:

- . A rua onde as pessoas passeiam, conversam, vêem os ou tros, apreendem o mundo, descobrem as novidades;
- . É cada rede de infra-estrutura que lhe assegura os ser viços urbanos básicos;
- . É o transporte, circulação móvel que o liga às suas di versas extensões;
- . É a escola, o supermercado, as lojas, a igreja, a pra ça, as árvores e todas as coisas que o homem absorve nos seus itinerários diários;
- . É a garantia da posse legítima da terra, sem ameaças de despejos;
- . É o espaço onde o homem se move para determinar suas atividades, limitar e ganhar seus espaços no mundo.

Como já foi assinalado, a postura do Governo do Espírito Santo não comporta a filosofia que toma a moradia como se esta pudesse ser algo isolado. Esta filosofia forçou, no passado, a ruptura das ligações naturais da moradia com o indivíduo, do indivíduo com a cidade e do indiví duo com outros indivíduos.

Indiscutivelmente é necessário criar novas moradias. Mas é preciso que elas sejam criadas sob uma nova ótica so cial, antropológica e sociologicamente dinâmica.

#### 4. INTERIORIZAÇÃO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS

---

Além dos programas habitacionais sob este enfoque na Aglomeração Urbana, é necessário buscar todas as formas possíveis para atenuar o êxodo rural, já que não se pode ignorar que o problema da habitação no interior atinge a 54% da população brasileira.

Na medida em que o processo migratório avança, a taxa de urbanização na Aglomeração Urbana da Grande Vitória também aumenta. O índice de 6% ao ano, na década de 70, e certamente maior entre 70/80, constata isto. Portanto, é indiscutível que qualquer iniciativa governamental na solução do déficit habitacional na cidade, deve ter em contrapartida a sua solução no interior do Estado.

O programa de habitação no interior, entretanto, da mesma forma que a habitação urbana, deverá ser centrado nas causas efetivas e reais do problema. Não se trata efetivamente de estender pura e simplesmente o BNH ao interior. Não é a construção de casas no interior, nos padrões que hoje assistimos no meio urbano, que irá impedir o processo migratório. Esse só será contido se for assegurada a implantação de um projeto integrado institucionalmente a todas as variáveis das condições de vida no interior, envolvendo os diversos órgãos existentes

(saúde, agricultura, empresas públicas, produtores rurais, bancos e assistência técnica). Tomando-se como base da dos da Secretaria de Estado da Agricultura, de que em 1976 existiam, no interior do Espírito Santo, 60.000 estabelecimentos agrícolas com áreas até 100 ha, considerados como pequenos agricultores e que em 1978 este número foi reduzi do para 40.000, a de se convir que será, por exemplo, pouco factível um programa de habitação no interior para pe quenos produtores, que estão assistindo a anexação de suas terras a um ritmo de quase 17% ao ano.

Para assegurar a viabilidade do programa habitacional no interior, será necessário conter o processo de concentração de propriedade no Espírito Santo e, ao mesmo tempo, assegurar novas formas de cultivo, permanentes aproveitando-se também os 70% de áreas não mecanizáveis para plantios de frutas, hortifrutigranjeiras.

Assim, é importante salientar que o programa de habitação no interior deverá abranger, entre outras variáveis:

- . O pequeno agricultor (consideradas as observações cita das);
- . Empreendimentos econômicos industriais existentes no meio rural e novos projetos integrados ao aproveitamento e beneficiamento industrial de produtos agrícolas perma nentes;
- . A sazonalidade das culturas e a renda do médio produtor rural;
- . Reativar, com recursos financeiros do BNH, o PROHEMPR - Programa Habitacional de Empresas Rurais, que tem dado relativos êxitos em outros Estados.

Por último, cabe assinalar que a filosofia programática do Governo do Estado do Espírito Santo, inclui a participação social como estratégia governamental. Sob tal prisma, acredita-se que a população é capaz de indicar soluções próprias e espontâneas para seus problemas de moradia. Tais formas são de grande interesse como resposta às condições de desenvolvimento e estágio cultural do nosso Estado.

Assim, a solução do problema habitacional no Espírito Santo depende da adoção de uma nova política, fundada concomitantemente na personalização e socialização do *habitat* e na indispensável participação comunitária.

